



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO ESPECIAL - REFORMA POLÍTICA 2011		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0753/11	DATA: 09/06/2011
INÍCIO: 10h01min	TÉRMINO: 12h38min	DURAÇÃO: 02h36min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h36min	PÁGINAS: 48	QUARTOS: 32

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SÍLVIA MARIA SAMPAIO CAMURÇA – Representante da Articulação das Mulheres Brasileiras – AMB.
TATAU GODINHO – Assessora Especial da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.
MARIA DA GRAÇA SOUSA – Secretária de Políticas para as Mulheres da CUT/DF.

SUMÁRIO: Debate sobre reforma política.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da presente reunião.

Informo às Sras. e aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da ata da 22ª reunião ordinária, realizada no último dia 7 de junho. Indago ao Plenário se há necessidade da leitura da ata.

O SR. DEPUTADO RUBENS OTONI - Peço a dispensa da leitura da ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Feita a solicitação, dispensada a leitura da ata.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada.

Comunico que foram recebidos os seguintes expedientes: Ofício nº 335, de 2011, da Câmara Municipal de Sobral, que solicita que esta Comissão Especial faça constar na reforma política proposta para o fim da reeleição parlamentar no Brasil.

Expediente da Deputada Rosane Ferreira, justificando sua ausência nesta reunião, considerando que está em missão oficial pela Comissão Especial de Combate às Drogas, nos dias 9 e 10 de junho.

Ordem do Dia.

Esta reunião foi convocada para realização de audiência pública. Hoje vamos ouvir a Sra. Maria da Graça Sousa, Secretária de Políticas para as Mulheres da CUT; a Sra. Sílvia Maria Sampaio Camurça, representante da Articulação das Mulheres Brasileiras — AMB; e a Sra. Tatau Godinho, Assessora Especial da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

Agradecendo desde já a presença, convido a Sra. Sílvia Maria Sampaio Camurça e a Sra. Tatau Godinho para tomarem assento à mesa. *(Palmas.)*

Dando início aos trabalhos, esclareço que as palestrantes disporão de até 20 minutos para a exposição.

Lembro aos nobres pares que, após as apresentações, será concedida a palavra aos Deputados pelo prazo de 3 minutos, tendo as expositoras igual tempo



para responder a eventuais perguntas. Informo que a lista de inscrição para o debate encontra-se à disposição das Sras. e dos Srs. Deputados na mesa de apoio.

Concedo inicialmente a palavra à Sra. Sílvia Maria Sampaio Camurça, que representa a Articulação das Mulheres Brasileiras. A senhora terá o prazo regimental de 20 minutos.

A SRA. SÍLVIA MARIA SAMPAIO CAMURÇA - Bom dia a todas e todos os presentes, bom dia Srs. Parlamentares que compõem a Mesa e integrantes desta Comissão. Cumprimento a todos na pessoa da Deputada Erundina.

A Articulação de Mulheres Brasileiras está organizada em 18 Estados no Brasil na forma de fóruns e redes do movimento de mulheres. Há núcleo em mais cinco. Em todos eles vimos acompanhando e tentando influenciar na reforma do sistema político brasileiro desde 2003, porque entendemos que já tínhamos, junto com outros movimentos, acumulado bastante em termos de crítica sobre o fracasso do atual sistema político. Com a eleição de Lula naquele período, achamos que teríamos um ambiente mais favorável para avançar na discussão dessa reforma.

Temos feito a discussão no âmbito do movimento de mulheres, mas também em aliança com outros movimentos sociais e com Parlamentares na Comissão de Legislação Participativa e, mais recentemente, na Frente Parlamentar pela Reforma Política com Participação Popular, da qual nós da AMB somos integrantes. Como os senhores sabem, essa é uma Frente mista, composta por representantes do Parlamento e dos movimentos sociais.

Ao longo destes anos, construímos uma ideia que se tornou, a cada dia, uma certeza de que o problema do exercício do poder em nosso País exige muito mais do que a reforma do sistema eleitoral. Exige a reforma do que chamamos de sistema político, o que implica maior institucionalidade da democracia participativa, porque o sistema de controle social instituído no País está sendo sucateado e os conselhos e os espaços de controle social cada vez são menos respeitados pelo Poder Executivo, em todos os níveis. Precisa-se também de um aperfeiçoamento da democracia direta, cujos mecanismos estão previstos na Constituição e trazem um grau de exigência e complexidade que dificulta o verdadeiro exercício da democracia direta.



Então, precisamos aperfeiçoar esses mecanismos e fazer, sim, uma reforma do sistema eleitoral e da lei dos partidos. Com certeza, precisamos dos partidos democráticos, mas também democratizar a comunicação e o Poder Judiciário, alcançando maior transparência.

Nossa proposta de reforma do sistema político tem cinco eixos, é uma plataforma. E a cada contexto pinçamos alguns elementos dessa plataforma para tentarmos levar adiante.

Este ano, estamos elegendo a reforma do sistema político e o aprimoramento da democracia direta. Estamos convencidos de que precisamos avançar nesses dois aspectos.

Com relação à reforma do sistema político, a primeira a ser considerada é a dificuldade de fazer avançar a representação de mulheres e minorias políticas contra a representação dos interesses do poder econômico, fortemente presente pela via do financiamento às campanhas.

Outro desafio é permitir que setores progressistas possam disputar, em melhores condições, o processo eleitoral, de modo que possamos, em curto e médio prazo, renovar efetivamente a composição do Legislativo, que tem, a tomar pela composição das últimas bancadas no Congresso, um perfil bastante conservador, na nossa avaliação.

Essa composição tem praticamente bloqueado a promoção da igualdade das mulheres, tanto no momento de disputar como na militância, ascenderem ao poder por dentro dos partidos.

Quer dizer, mantém-se, na nossa avaliação, uma hegemonia masculina sobre o controle dos mecanismos de acesso ao poder.

Somente para lembrar, no ano passado, estivemos nesta Casa debatendo a reforma política, a chamada minirreforma. Algo simples que há em vários países na América Latina não foi aprovado por esta Casa: a punição aos partidos que não cumpriram a lei de cotas.

No México, o partido que não cumpre a lei de cotas simplesmente não inscreve seus candidatos. E o Parlamento brasileiro ainda não teve a responsabilidade para exigir que uma lei que existe seja cumprida. Essa é uma responsabilidade dos senhores e das senhoras nesta Casa, no seu conjunto.



Na Argentina também é assim. Entre os países que têm lei de cotas na América Latina — não estou falando da Europa, nem dos Estados Unidos, nem dos países do norte, mas da nossa região —, o Brasil só perde para um país, que não me lembro agora, na proporção de mulheres representadas aqui. Mas estamos abaixo do Paraguai, do Uruguai, da Argentina e da Costa Rica. Só perdemos para o Haiti, que tem condições muito problemáticas de vida política, às quais conhecemos.

Todos os outros países da América Latina estão acima de nós na representação das mulheres, porque passaram a adotar medidas afirmativas, como políticas de cotas e punição aos partidos que não as cumprirem. Ou seja, temos certeza de que a sub-representação é um problema de correlação de forças. Essa correlação de forças só vai se alterar pela via parlamentar se a legislação for cumprida e se os Srs. e as Sras. Parlamentares se empenharem nesta conquista. A prática política do nosso Parlamento tem sido de sistematicamente negar a busca da paridade e até a política de cotas.

Em pesquisa feita ano passado entre os integrantes do Parlamento prevaleceu a ideia de que não conste, na hora de inscrever candidaturas, o quesito raça-cor, uma reivindicação do movimento negro. Pasmem! Na pesquisa com a bancada que estava aqui ano passado, 49% eram contra incluir o quesito raça-cor, por temer — dito na pesquisa explicitamente — que isso poderia ser usado para cobrar cotas para o movimento negro.

Então, há uma deliberada decisão de não aprovar mecanismos que promovam a maior participação de setores hoje excluídos — fortemente excluídos — da política eleitoral.

É nessa cultura política e nesse contexto que estamos enfrentando este ano o debate da reforma política. Temos certeza de que ela só vai avançar com grande mobilização popular. Temos vários programas de rádio editados e circulando no País. Temos a construção de um PL de iniciativa popular para ajudar a manter a mobilização presente. Esse PL vai ser lançado nos próximos dias e teremos aí um ano ou mais para conseguir 1 milhão e 500 mil assinaturas, para podermos, com isso, ter um instrumento real de mobilização da sociedade.

Então, não vamos nem temos reduzido a nossa luta por democratização do sistema político ao Parlamento nem à agenda parlamentar, mas queremos estar



presentes, dialogando na Casa com todos e todas. Os que querem a democratização sempre têm comparecido aos debates, mas os que resistem não comparecem. Para isso, precisamos dialogar com algumas pessoas com visão democrática e ter pressão popular para influenciar sobre muitos e muitas.

Qual a nossa pauta? Em primeiro lugar, acreditamos que é absolutamente necessário acabar com a influência do poder econômico nas eleições. E aí temos defendido a lista fechada e o financiamento público exclusivo. Isso está bastante presente na mente da militância dos movimentos sociais, porque não nos interessa o sistema de financiamento misto, pois seria algo que não avançaria em nada.

Para nós, a vantagem da lista fechada é que ela cria um sistema de aliança entre os candidatos. E candidatos de um mesmo partido não têm mais que disputar uns com os outros e passam a ser solidários na disputa pelo conjunto dos votos. Além disso, com o financiamento público, mulheres, população negra e outros setores economicamente pouco capazes de se autofinanciar teriam igualdade de condições de financiamento. Então, ela é muito mais justa do ponto de vista de solidariedade entre as candidaturas nos diferentes partidos. Um problema é que temos partidos absolutamente oligárquicos. Nem todos os partidos são democráticos, e a forma de escolher a composição da lista precisa ser democrática. Então, também demandamos uma revisão da legislação partidária com exigência para os partidos não democráticos de convenções democráticas, mecanismos internos de disputa justa pela influência no partido.

Sabemos que, hoje, nos partidos conservadores a decisão de quem sai eleito é feita pelos caciques dos partidos, às vezes na casa do presidente, na madrugada, tomando uísque. Desses espaços nem as mulheres nem a militância dos movimentos sociais não participam. Portanto, não temos como influenciar na decisão das candidaturas. Só com mecanismos democráticos, à luz do dia — e não na casa de presidente ou de chefe de partido, nem de madrugada —, em convenções transparentes, é que vamos poder disputar e influenciar com voto dos filiados e das filiadas a composição dessa lista.

Então, é necessário, pela cultura política tradicional, que exclui as mulheres, cuja prática só será coibida por controle, fazer uma revisão da legislação dos



partidos para forçar a existência de partidos mais democráticos. Não que não existam, mas na sua maioria não são democráticos.

As mulheres e os setores minoritários encontram muita dificuldade e estariam como estão hoje com a lista aberta. Esse sistema continuaria, mesmo com a lista fechada, limitando a participação de mulheres, população negra e outras minorias.

A lista fechada com financiamento público em si já é mais democrática e isola o poder econômico. Mas, na nossa avaliação, é necessária revisão da lei dos partidos, para que o que existe hoje para a composição de listas abertas não se repita na lista fechada.

Outra questão que nos parece muito importante é a das federações partidárias. O sistema de coligação no voto proporcional é muito complicado e, para nós, é prejudicial à democracia, neste momento. A nossa proposta é que os pequenos partidos possam formar federações partidárias e, assim, ter um perfil mais ideológico ao concorrerem às eleições e terem coligações menos oportunistas do que são hoje.

Então, a ideia de criação de federações partidárias para nós também é muito cara. Gostaríamos muito de ver essa proposição colocada como desta Comissão.

Quero destacar ainda a importância de avançarmos na alternância de sexo nas listas. Em sendo lista fechada, nossa reivindicação, como todos e todas aqui sabem, é pela paridade. Parece-nos justa. Alguns sistemas na América Latina não usam ainda a paridade. A Argentina usa a representação de uma mulher para cada dois homens. Ainda assim, depois da primeira eleição em que isso foi aprovado, a Argentina duplicou a representação de mulheres no Parlamento.

Nos países em que há paridade, isso é praticamente garantido de primeira. Claro que sabemos que a alternância de sexo vai exigir bastante visão democrática dos homens que hoje estão no Parlamento. Oitenta por cento do Parlamento é composto por homens, porque o sistema os beneficia. Ele é excludente de minorias que sempre estiveram fora do sistema. Com a alternância, muitos dos homens que hoje são Parlamentares não vão se eleger, porque serão eleitas mulheres. Mas aí cabe à responsabilidade de cada um que está aqui sobre qual democracia quer para o País.



Não temos a menor dúvida de que está nas mãos dos homens do Parlamento a maior ou menor eficiência do atual debate da reforma política na mudança desse quadro. Caberão aplausos aos homens deste Parlamento pelo que conseguirem avançar e críticas pelo que mantiverem de conservador.

Por fim, gostaríamos muito de manifestar que cresce no seio dos movimentos de mulheres e também nos movimentos sociais a repulsa absoluta a qualquer proposta de voto distrital. Para nós, isso é consolidar legalmente o voto de cabresto. Cria uma relação de dependência enorme entre eleitorado e candidaturas e vai tender a perpetuar no poder setores que já detêm poder hoje. Portanto, o princípio da alternância de poder estará profundamente ameaçado por esse sistema.

Quero deixar aqui a informação de que os movimentos repudiam totalmente a ideia do voto distrital, embora saibamos que já há muitos setores deste Parlamento com propagandas de rádio e TV em alguns Estados a esse respeito, tentando influenciar a população, inclusive com informações equivocadas também sobre o financiamento público, dizendo que vão tirar dinheiro da saúde para financiar campanhas e, com isso, ganhar a adesão da população. Coisas muito feias já estão sendo feitas por alguns Parlamentares desta Casa e merecem moção de repúdio nesse sentido.

Finalmente, pedimos a simplificação dos processos de iniciativa popular. Gostaríamos que esses processos pudessem contar com urnas eletrônicas e assinatura digital pela Internet. O sistema atual é praticamente inviabilizante de iniciativas populares. É necessário estar com o título, e não é comum todo mundo andar com o título. Por isso, não conseguimos coletar as assinaturas com a agilidade necessária. Demora muito mais tempo.

Fico por aqui. Acho que já alcancei os 20 minutos.

Agradeço a todos a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Muito obrigado, Sra. Silvia Maria Sampaio Camurça, pela exposição, pessoa muito competente e com longa vivência nessa luta.

Sem mais delongas, passo a palavra à Sra. Tatau Godinho, antes registrando que já se encontra em nossa Mesa a Sra. Maria da Graça Sousa, Secretária de Política para as Mulheres da CUT, que falará em seguida.



Com a palavra a Sra. Tatau Godinho, Assessora Especial da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

A SRA. TATAU GODINHO - Muito bom dia a todos os presentes.

Meus cumprimentos aos Deputados Edinho Araújo e Rubens Otoni, que presidem esta sessão. Sem dúvida, meu cumprimento especial à Deputada Luiza Erundina, grande batalhadora a favor da reforma política há vários anos e, em particular, da ampliação da democracia e da participação das mulheres. Meus cumprimentos também aos demais Deputados presentes.

Em nome da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República agradeço à Comissão o convite para participar deste debate.

Considero que a realização por esta Comissão Especial de discussões que ampliem a argumentação e a reflexão das Sras. e dos Srs. Deputados para elaboração das propostas da reforma do sistema eleitoral, que temos hoje como um dos pontos centrais do País, é extremamente importante porque o sentido dessa reforma política precisa ser pensado por todos nós e, em especial, pelos Parlamentares que elaboram as propostas e fazem desse tema um dos mais importantes do cenário político atual. É o sentido, fundamentalmente, de aprofundar e ampliar a democracia. Essa é a nossa expectativa, de maneira que esse processo amplie não apenas a representatividade do Congresso Nacional, por torná-lo a cada momento um debate mais próximo da população, mas também amplie essa representatividade na medida em que renovamos as regras do sistema político eleitoral.

Muitas vezes o debate se pauta por um conhecimento — é natural que se inicie assim — das regras com as quais todos nós estamos acostumados a conviver. Isso faz com que muitas vezes, ao se abordar temas como financiamento público e paridade entre mulheres e homens, pareça que estamos discutindo temas que vão romper regras democráticas. Na verdade, o debate é no sentido de atualizar as regras democráticas instituídas no País há praticamente mais de 1 século e, portanto, torná-las mais atuais à sociedade brasileira neste momento, já no século XXI.



Faço essa primeira observação, porque acho extremamente importante que a democracia e a participação das mulheres seja efetivamente tema central dessa reforma.

Eu não quero voltar a um passado muito remoto, mas não posso me furtar de mencionar o debate de organização de representação política no Ocidente, que tem as suas raízes mais recentes exatamente no processo da Revolução Francesa, que estabeleceu um critério fundamental para nós, o do voto individual, e não mais a ideia da representação, vamos dizer assim, por castas sociais, por classes sociais, a ideia de voto universal. E, naquele momento, que é a nossa base de voto universal, as mulheres não votaram.

Houve contestação das mulheres e, mesmo assim, a nossa base de democracia — considerada a raiz da nossa democracia, inclusive por nós mulheres, porque efetivamente separou a igreja e a religião do sistema de representação — estabeleceu o direito dos cidadãos e das cidadãs. No caso, não mencionava as cidadãs, porque incluía o voto masculino como sendo a representação de toda a sociedade. São bases fundamentais. E quando percebemos em países o peso, por exemplo, das definições religiosas na organização do Parlamento, vimos o quanto essa raiz laica, essa raiz da representação universal, essa raiz do direito político de representação e não o direito de família, que era o que prevalecia no sistema anterior, construiu sem as mulheres.

O que estamos discutindo aqui é efetivamente a atualização de um processo democrático que começou com a exclusão das mulheres e que, ao transformar, em 1932, no caso do Brasil, o direito de voto das mulheres em um direito comum, vamos dizer assim, não reverteu regras que impedem a participação efetiva das mulheres.

Nós não podemos aceitar o argumento de que o número de mulheres no Parlamento brasileiro e nesta Câmara esteja por volta de 8% — passamos para 8,6% ou 8,4%, dependendo da entrada de suplentes ou das mudanças, mas é menos de 10% —, quando, na sociedade, as mulheres ocupam cerca de 50% do mercado de trabalho.



Não existe mais a argumentação de que o grau de escolaridade é o que define a exclusão das mulheres, porque no Brasil de hoje a escolarização das mulheres é maior que a escolarização masculina.

A representação das mulheres na sociedade, em termos de participação nos movimentos sociais, em termos de participação na vida privada, em termos de participação nas empresas e no trabalho, é fundamental. Então, qual é a justificativa para haver menos de 10% de mulheres no Parlamento? Nós precisamos pensar se esta democracia não tem limites em seu sistema que exclua esse setor efetivamente, além de outros setores.

Por outro lado, é verdade que a nossa Constituição de 1988 avançou em vários elementos, inclusive na democracia entre mulheres e homens na vida privada, ao mudar os direitos da vida familiar, instituir direitos de igualdade para a mulher na família; mas instituiu elementos de democracia direta que, como a Silvia mencionou, são muito pouco reais no nosso cotidiano.

Então, pensar os limites da democracia de nenhuma forma significa questionar a legitimidade do processo de representação de organização partidária e da construção de um Parlamento em um sistema de representação política. Até porque o que nós questionamos é que a cristalização das formas de representação seja definida com a única forma de democracia possível e que isso não possa ser modificado.

Nesse sentido, é muito importante o debate sobre o financiamento do sistema eleitoral. A base do nosso sistema eleitoral, efetivamente, significa, nos dados de todas as pesquisas feitas, a partir do que foi o financiamento dos Parlamentares eleitos e as contribuições feitas diretamente aos Parlamentares ou aos partidos políticos, que o grande eleitor no Brasil são as empresas, não é o cidadão e a cidadã.

Então, que democracia é esta em que aquele direito de voto e aquele direito de eleger os seus Parlamentares e os seus representantes também nos Executivos é mediado pelo poder econômico desta forma? Porque essa é uma mediação fundamental. Existem pesquisas sobre isso. A Secretaria de Políticas para as Mulheres fez um acompanhamento do processo eleitoral de 2010 — e nós vamos, em aproximadamente 1 mês ou mais, divulgar uma publicação com os resultados



dessa pesquisa —, e a pesquisa procurou analisar a inserção na televisão e no rádio da propaganda eleitoral e os financiamentos das campanhas. O resultado é impressionante, porque a correlação é absolutamente direta. Essa correlação direta é que exclui uma parcela da população.

Portanto, o financiamento público exclusivo, ao contrário de algumas respostas e argumentos fáceis que procuram trabalhar com o senso comum e desqualificar a representação política ao dizer que o dinheiro público não pode ser usado para o sistema eleitoral, significa o quê? Que nós estamos defendendo que são efetivamente as empresas os eleitores legítimos? Obviamente, o financiamento não pode ser um financiamento público combinado com o financiamento privado, porque isso vai significar a manutenção dos privilégios dessa relação e um uso inadequado do dinheiro público.

Agora, o financiamento exclusivo significa que a população reconhece, inclusive, a importância e o papel que ela tem no próprio processo de representação e de realização das eleições. E é falso dizer que nós já não temos elementos de financiamento público, porque existe o Fundo Partidário, que mantém os partidos políticos em funcionamento durante o processo entre eleições — e é correto esse fundo partidário; existe o sistema de propaganda eleitoral gratuita, o horário gratuito na televisão, que não é gratuito ou efetivamente tem um custo público — nós o chamamos de gratuito considerando que a coisa pública tem esse caráter gratuito, e não é incorreto fazer isso. Mas eu considero que esse elemento de mercantilização da representação política é um dos principais aspectos de limitação do nosso sistema democrático. E limita exatamente aqueles grupos que têm menos acesso ao financiamento privado empresarial. A nossa resposta não pode ser no sentido de ampliar esse acesso a todos, porque a democracia é uma democracia para cidadãos e cidadãs. Apesar de efetivamente todo o sistema social influenciar nas escolhas, não se coloca aqui a ideia de que a eleição não tenha a influência das demais disputas de poder na sociedade, mas ela não pode ser uma mediação direta das disputas econômicas.

Nesse sentido, a presença das mulheres, a proposta de um financiamento público exclusivo e o processo de eleição a partir de listas partidárias, com



alternância entre mulheres e homens, com paridade entre mulheres e homens, significam um aperfeiçoamento da democracia.

Os países que aplicaram formas de ação afirmativas para ampliar a participação das mulheres têm demonstrado que essa ampliação torna, efetivamente, os Parlamentos mais próximos da realidade da população, mais próximos do cotidiano da população. E têm demonstrado também para nós que a disputa de poder entre homens e mulheres ou o que nós chamamos de relações sociais de sexo ou relações de gênero, que estabelecem uma desigualdade básica em nossa sociedade, não serão superadas na política sem um sistema de ação afirmativa. Não bastam as intenções de incorporação das mulheres. Basta ver que a aplicação da nossa lei de cota, que tem uma falta de efetividade grande por causa do sistema eleitoral brasileiro, nem é aplicada efetivamente. A cada momento, os aplicadores da lei, e não são apenas os partidos políticos, a interpretação do sistema judiciário também tem sido desfavorável, procuram contornar a lei para não aplicar a cota que exige a presença política de mulheres.

Eu insisto nisso porque essa não é uma característica exclusivamente brasileira. O exemplo da Argentina, da aplicação da cota de 30% no Parlamento da Argentina é bastante interessante para nós, porque mostra essa disputa de poder. A Argentina hoje tem cerca de 35% de mulheres no seu Parlamento nacional, e isso foi conseguido a partir da aprovação de uma cota mínima de 30% de mulheres, aprovada em 1991. Mas a primeira aplicação dos 30%, na Argentina, é apenas um exemplo para nos mostrar o quanto a disputa de poder está presente. A aplicação foi feita na ordem, colocando sempre as mulheres no final da lista.

Portanto, o resultado final da eleição foi menos de 30% na primeira vez. Foi preciso haver uma nova reforma eleitoral, com a exigência de que os 30% fossem dois e um, dois e um, dois e um, ou um e dois, um e dois, mas, a cada três, tinha que ter uma mulher na ordem da lista. Como não estava escrito explicitamente na lei que era a ordem da lista, ela foi aplicada contra as mulheres, e o resultado foi abaixo de 30%.

Então, esse elemento é importante para pensarmos que a proposta de lista partidária alternada, com paridade entre mulheres e homens, precisa também ser votada como uma regra explícita. Não existe lei baseada exclusivamente em



intenções. O texto da lei é o que vale na hora da sua aplicação. Eu insisto nisso porque o processo dos 30%, já aplicados no Brasil, nos mostrou isso. Nem esses 30% não foram aplicados, porque a lei não dizia quais eram as formas de punição aos partidos.

Então, eu termino dizendo que nós não temos respostas fáceis, e as respostas não podem ser apenas a repetição do senso comum da população de que nós já conhecemos o sistema eleitoral atual. Como vamos fazer um sistema que não é conhecido pela população? Os debates feitos pelos Parlamentares, pela Câmara, pelo movimento social, pelos partidos políticos têm demonstrado que a população está, sim, interessada em mudar o sistema político eleitoral e está, sim, interessada em ampliar a representatividade e a democracia desse sistema. Cabe aos dirigentes políticos que serão os responsáveis por esse voto colocar os interesses do País acima dos seus interesses individuais de reeleição e pensar um sistema que amplie a democracia para o Brasil a partir da nossa realidade do século XXI, e não em critérios que favoreçam as representações basicamente locais e paroquiais, repetindo o sistema de oligarquia que se recompõe a cada momento numa sociedade. Isso faz parte do sistema político eleitoral, e as reformas também servem para alterar essas dinâmicas e recompor processos democráticos.

Eu agradeço à Deputada Erika Kokay, aqui presente, e faço-lhe um cumprimento especial, que tem sido também uma militante desta causa da igualdade das mulheres na reforma política.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Parabéns, Tatau Godinho, Assessora Especial da Secretaria de Política para as Mulheres, da Presidência da República.

Passo agora a palavra à última expositora desta audiência pública, para, em seguida, passarmos a palavra aos Srs. e às Sras. Deputadas, lembrando-lhes que as inscrições encontram-se abertas para as interpelações.

Com a palavra a Sra. Maria da Graça Sousa, Secretária de Política para as Mulheres, da Central Única dos Trabalhadores — CUT. Tem a palavra V.Sa. pelo prazo regimental de 20 minutos.

A SRA. MARIA DA GRAÇA SOUSA - Bom dia, Sr. Presidente que dirige esta sessão, Deputado Edinho Araújo, em nome de quem cumprimento todos os demais



Parlamentares presentes. Saúdo a companheira Silvia Maria, da Articulação das Mulheres Brasileiras — AMB, a companheira Tatau Godinho e, em especial a Deputada Luiza Erundina, que é uma lutadora e uma ferrenha defensora desta causa que é a reforma política, com a erradicação total e absoluta da falta de participação das mulheres na democracia. E, com muito carinho, evidentemente, saúdo a companheira Deputada Erika Kokay, que é da minha cidade. Obrigada pela oportunidade de participar deste debate de hoje.

O tema da reforma política hoje, no Congresso, começa a tomar corpo — e já tem um corpo — no conjunto dos movimentos sociais. Citamos um grande seminário, ocorrido recentemente no Congresso, com a participação de vários Parlamentares hoje presentes aqui, no último 10 de maio, no qual se debateu profundamente o tema.

Nós, do movimento social, estamos mobilizados no debate deste tema, especialmente nós, da Central Única dos Trabalhadores. Para nós, é importante a participação das mulheres, na medida em que o movimento sindical reflete a sociedade em que vivemos. Portanto, também dentro do movimento sindical, conquistamos e ainda tem muito o que conquistar para ter uma efetiva participação igualitária de homens e mulheres nas suas instâncias. A representação política, portanto, talvez agrave, mas não se distancia tanto da realidade que vivenciamos.

Então, eu diria que, para nós, mulheres trabalhadoras, debater e lutar por participar é propor um lugar de sujeito político para as mulheres. Antes de qualquer coisa, teríamos que trabalhar com esse conceito. A baixa presença das mulheres nas instituições democráticas é fruto da nossa cultura patriarcal, portanto, machista, excludente. A dificuldade de acesso a recursos financeiros que mulheres e grupos minoritários, no caso mulheres, LGVT, indígenas, encontram é característico do sistema eleitoral existente hoje no Brasil: lista aberta; financiamento misto de campanhas eleitorais; descumprimento da quota de candidaturas femininas; enfraquecimento dos programas partidários; falta de ações afirmativas para mulheres no jogo eleitoral.

Como já foi mencionado, existe hoje a obrigação, por lei, de os partidos trabalharem com a quota mínima de 30% de mulheres nas suas nominatas para se



candidatarem. Não é privilégio de nenhum partido o descumprimento disso. Todos os partidos, de todas as matizes, no Brasil, descumpriram essa determinação legal.

Isso, do meu ponto de vista, é muito grave. É muito grave por quê? Acho que a Tatau falou sobre isso, que não basta criarmos um instrumento legal, uma determinação legal, se não criarmos uma punição. Mas há outros instrumentos com os quais se pode fazer isso. As organizações de mulheres, quando os partidos políticos, com o conhecimento da grande maioria, todos, descumpriram a quota de 30% nas suas nominatas, fizeram algumas representações. Os Ministérios Públicos entraram com representação no Judiciário. Isso eu acho de extrema gravidade. Entraram com representação no Judiciário, e nenhum partido teve a sua nominata cassada por descumprimento de uma lei federal. Então, eu considero de muita importância aquilo que a Tatau falou: *“Não basta criar a regra, mas criar os instrumentos para punir aquele que não cumpre a regra”*. Do meu ponto de vista, esse é um dos defeitos existentes no sistema de quota hoje na legislação e na estrutura dos partidos.

Eu quero dizer que, para nós, mulheres, principalmente em relação ao debate que estamos fazendo no seio do movimento sindical, e, em conjunto, estamos fazendo este movimento, um movimento contínuo e diário, para que se una o conjunto dos movimentos que se interessam por este debate, principalmente as mulheres, para levá-lo ao conjunto da sociedade.

Também foi dito que há uma certa resistência da sociedade em admitir determinadas propostas que estamos fazendo, no caso, o financiamento público de campanha. Esse é de uns. Eu acho que a sociedade só não entende aquilo sobre o que ela ainda não tem o domínio e o poder de conhecimento. Cabe ao conjunto da sociedade organizada e ao Parlamento promover o debate na sociedade, para que ela se apodere do tema, abrace o tema e para que ele tome corpo. E aí nós teremos, efetivamente, o conjunto da sociedade a nosso favor, e não contra nós.

Hoje o conjunto do Parlamento tem uma imagem muito ruim na sociedade. E por que é ruim? Porque o nosso sistema permite determinadas situações, determinadas coisas, permite determinado acesso a este Parlamento que torna essas pessoas absolutamente possíveis de cometerem — e senhoras de cometerem — o que quer que seja, sem nenhum controle social.



E quero abrir um parênteses sobre isso. A Comissão de Ética acaba de aprovar o pedido de instauração de cassação de uma Deputada do Distrito Federal. Eu diria que, se nós já tivéssemos a reforma política, aqui falada pela Tatau e pela Silvia, esta Casa não precisaria abrir um processo, porque o que trouxe essa senhora a esta Casa foram as facilidades que o sistema político permite.

Então, eu diria que, se hoje há uma resistência da sociedade para abraçar ou para olhar com respeito para determinadas propostas que estamos colocando — e elas são aquelas que nos garantirão que determinadas coisas, inclusive essa que acabei de citar, não aconteçam —, é exatamente devido à ausência de diálogo e de proximidade entre a sociedade que elege os Parlamentares desta Casa, e a distância que existe entre um e outro. A proximidade se dá no momento em que eu, em que aquele ou aquela têm o poder econômico para chegar até o povo. E é o poder econômico que determina mesmo neste sistema hoje vigente. Então, há uma distância enorme entre os poderes constituídos

Então, há uma distância enorme entre os poderes constituídos, especificamente o Congresso Nacional, que é do que nós estamos falando e pelo qual nós estamos aqui, e o povo. Há uma proximidade muito grande quando eu peço voto ou eu compro voto ou eu alicio para conseguir o voto. Tudo isso esse sistema hoje permite.

O que nós estamos propondo? Nós estamos propondo uma reforma política que transforme as relações de dominação e discriminação que estruturam hoje o sistema político brasileiro. Isso significa radicalizar no processo da democracia do sistema político. E não podemos falar simplesmente em um sistema eleitoral, em criar mecanismos para melhorar o sistema eleitoral. Não, precisamos mexer com a estrutura do poder do sistema político brasileiro. Se não conseguirmos alterar as estruturas, correremos sérios riscos, inclusive, de retroceder, porque não é novo para nós que, todas as vezes em que se levanta a lebre de uma reforma do sistema político, os cabelos dos partidos políticos vão lá para cima, de todos.

Nós sabemos que não é possível dois corpos ocuparem o mesmo lugar ao mesmo tempo. Então, para uma mulher entrar, um homem vai ter que sair. Por isso que está sendo proposta a lista alternada — um homem, uma mulher, um homem, uma mulher. Se hoje temos menos de 10%, 8,9% e qualquer coisinha, isso significa



que muitos homens vão ter de sair deste Parlamento. Isso significa uma forma radical. Por isso falávamos de radicalizar a democracia, a visão que se tem de processo eleitoral.

Então, reformar o sistema político é mais do que rever as regras eleitorais, é constituir outro modo de pensar, de fazer política e de exercer o poder. Como se faz isso? Para mim, não há outra forma a não ser fortalecer a soberania popular, o controle popular sobre o público. Se criarmos, dentro dessa reforma política, instrumentos de controle popular sobre o público e os fortalecermos, então começaremos a ter uma nova concepção de sistema político brasileiro.

Sempre que os movimentos de mulheres discutem a reforma política, a questão participação no poder está colocada. Sempre. E desta vez não é diferente. Mas aí nós temos a plena compreensão de que, mais do que aproximar as mulheres do poder, a democracia direta trata de aproximar o poder das mulheres, de cada cidadão, porque todo poder é, originariamente, antes de mais nada, poder da cidadania.

Lembro muito da companheira Erika quando falamos sobre isso, porque ela tem uma belíssima leitura do que é ser humano, do que é ser cidadão. Então, aproximar o poder da mulher significa, antes de mais nada, aproximar as mulheres do exercício da sua plena cidadania.

Eu não gostaria de repetir o que minhas duas companheiras já falaram sobre financiamento democrático do processo eleitoral e o voto em listas partidárias transparentes, com alternância de sexo. Tudo isso já foi dito.

Eu só queria reafirmar que não adianta só o avanço, caso haja a formação com alternância de sexo e observância do critério ético. Não basta só isso. Se não tivermos as condições necessárias, se não tivermos homens e mulheres em pé de igualdade nessa lista, sempre vamos estar numa situação minoritária, no caso do processo eleitoral, para nos elegermos. Não adianta termos uma alternância se não tivermos a igualdade de tratamento para o processo. Daí a democratização do processo eleitoral.

O que nós estamos querendo dizer com isso? Que se nós não tivermos, para homens e mulheres, paridade nos recursos, nos espaços dos meios de comunicação, teremos sempre a primazia de homens sobre mulheres no processo



da construção e a desigualdade no processo eleitoral. Por isso, democratizar o processo eleitoral significa ter igualdade entre homens e mulheres em todas as instâncias, em todas as situações, para que tenhamos, de verdade, as condições.

Para concluir, como movimento social, quero dizer que a hora é agora. Nós, do movimento social, a Central Única dos Trabalhadores e o conjunto dos movimentos, estamos mobilizados, organizando-nos e levando para o conjunto da militância e colocando na base o debate sobre a reforma política, os riscos de retrocesso que nós corremos e como nós podemos avançar.

Eu diria que o que vai garantir avanços nessa reforma política será a mobilização do conjunto da sociedade para forçar que este Congresso Nacional... Alguém disse que os homens desta Casa é que farão os avanços. Eu diria que a sociedade mobilizada, organizada, reivindicando, é que vai garantir que efetivamente essa reforma avance para uma democracia, para uma sociedade mais igual entre homens, mulheres, negros, indígenas, gays, lésbicas e transexuais.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Agradeço as palavras e a brilhante exposição a Maria da Graça Sousa, Secretária de Políticas para as Mulheres, da Central Única dos Trabalhadores.

Vou passar a palavra ao Relator Substituto, Deputado Rubens Otoni. Em seguida, concederei a palavra a uma das autoras do requerimento para que esta audiência pública pudesse ser realizada, a Deputada Erika Kokay.

Já estão inscritos o Deputado João Paulo Lima e também a Deputada Luiza Erundina.

Tem a palavra agora o Deputado Rubens Otoni.

O SR. DEPUTADO RUBENS OTONI - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, uma saudação especial às nossas ilustres e caríssimas convidadas que hoje contribuem para o debate desta Comissão. A Maria da Graça, representando a Secretaria de Mulheres da CUT, a Silvia, representando a Articulação das Mulheres Brasileiras, e a Tatau Godinho, Assessora Especial da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, trazem para nós, todas elas, uma gama de sugestões e de argumentos que, com certeza, contribuirão para a elaboração do nosso trabalho final nesta Comissão.



É importante que tenhamos noção da importância desta discussão e da importância das mulheres, especialmente neste debate que estamos agora afunilando nesta Comissão.

Nós já tivemos a ocasião de participar de outras oportunidades — a Deputada Luiza Erundina também — e vemos cada vez mais o peso da representação das mulheres na influência e convencendo na busca deste aprimoramento da democracia, como disse muito bem a Tatau. Nós estamos buscando o aperfeiçoamento, o aprimoramento, o fortalecimento da nossa democracia. Esse é o nosso desafio. Nós não queremos fazer reforma política apenas por fazer reforma política. Não queremos mudar apenas para dizer que nós estamos mudando. Nós queremos fortalecer a nossa democracia.

Nesse sentido, o cenário político muda muito rapidamente também. Eu queria fazer uma colocação e até uma alerta a vocês que nos trazem contribuição, para que possam até contribuir conosco nesse novo momento que nós estamos vivendo.

Nós vivemos um primeiro momento, que foi aquele momento importante de cada setor da sociedade poder se expressar e apresentar suas ideias, até como forma de demarcar o campo e dizer: “*Nós pensamos assim. Nós queremos isso e defendemos determinada tese*”. Esse momento está chegando ao seu final. Nós estamos nesta Comissão quase que numa transição. Nós estamos agora na busca daquilo que é possível, e vocês podem contribuir muito conosco também.

Por quê? Num primeiro momento, dizíamos: nós vamos lá, vamos colocar as nossas posições, colocar as nossas ideias e, ao final, veremos o que será possível fazer. Foi mais ou menos assim que as representações se apresentaram nesta Comissão e é assim que o movimento se afirma. Mas esse “ao final veremos como vai ficar” está chegando.

Nós temos aqui o desafio de esta Comissão Especial poder, até o final deste mês, apresentar um relatório. E queremos que esse relatório a ser apresentado por esta Comissão não seja uma peça de uma tese de doutorado, na qual colocamos tudo aquilo que achamos ser o melhor possível para o nosso País, mas que, ao final, às vezes, não tem chance nenhuma de ser aprovado nesta Casa.

Então, nós queremos, até o final deste mês, apresentar um relatório que não tenha a pretensão de ser uma tese sobre tudo aquilo que seria o ideal. Precisamos



ter consciência de que vamos contribuir muito mais para a democracia se tivermos noção daquilo que é o ideal para o País, mas também se tivermos noção daquilo que é possível fazer para termos avanços nesta Casa e aprimorarmos o sistema, sabendo que esse aperfeiçoamento da democracia não acontece em uma tacada só, em um lance só, mas é fruto de um processo. Nós precisamos ter consciência de que aqui nós podemos dar o primeiro passo de um grande processo.

Eu estou dizendo isso às nossas visitantes que aqui trouxeram uma contribuição valiosa, para que vocês, a partir de hoje, também tenham noção de que nós estamos neste momento de transição. O cenário muda muito rápido. Nós estamos recebendo as contribuições e já estamos trabalhando um relatório. E vocês podem nos ajudar a descobrir o ponto de equilíbrio, o ponto de negociação, para que possamos avançar no fortalecimento da democracia. Não apenas às testes do fortalecimento da democracia representativa, mas às do fortalecimento de mecanismos de democracia participativa e de mecanismos de democracia direta a Relatoria é muito simpática. A Relatoria tem sensibilidade para com isso e quer contribuições para avançar com esses mecanismos. Não queremos ficar apenas na democracia representativa, mas também nos mecanismos de democracia representativa e nos mecanismos de democracia direta.

Queremos influenciar não apenas no que diz respeito ao Legislativo, mas também ao Executivo e ao Judiciário. Temos noção da importância do fortalecimento da democracia, na medida em que se incorporam cada vez mais as mulheres e outros setores subrepresentados historicamente em nosso País. Temos consciência disso também. Agora, o desafio é buscarmos o ponto de equilíbrio para que possamos avançar nessa direção.

Quero registrar isso para que vocês possam, desta audiência pública, levar também esse sentimento para os setores que representam, para as plenárias que certamente serão desenvolvidas e para as oportunidades de debate, a fim de que possamos avançar também neste momento.

Parabéns pela participação e muito obrigado pela presença e contribuição dada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Obrigado, Deputado Rubens Otoni.



Passo agora a palavra a uma das autoras do requerimento desta audiência pública, Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, falo em meu nome e também no da outra autora do requerimento, Deputada Luci Choinacki, que, por um problema incontornável, não teve a possibilidade de estar aqui no dia de hoje.

Mas quero saudar a participação de todas as nossas convidadas e dizer que só temos uma forma de avançar no que diz respeito à participação das mulheres no Parlamento: por meio da alternância de gênero. Essa alternância não é a mesma coisa que assegurar cotas. Assegurar cotas não necessariamente diz que tenhamos que ter alternância de gênero, alternância entre homens e mulheres na composição das bancadas que representam o povo deste País.

Aqui já foi dito sobre o exemplo da Argentina, onde o fato de se ter assegurado a participação de mulheres em lista não significou que houvesse o aumento da participação feminina no Parlamento. Portanto, assegurar qualquer que seja o percentual de mulheres em lista não assegura a participação das mulheres. Temos que ter alternância de gênero.

A minha preocupação, já começamos a trabalhar, Deputado Rubens Otoni — e sei que esse não é o sentido da sua fala —, é de começarmos a nos limitar pelo o que é possível. Porque aí construímos uma peça que não provoca avanços, porque ela já sai não carregada do que era ideal e necessário, mas sim carregada e delineada pelos limites do possível, não provocando os avanços necessários.

Obviamente temos de ter cuidado e queremos uma peça que realmente avance. Sabemos que há uma relação de forças que não pode ser desconsiderada. Sabemos que as teses estão em construção. Nenhuma das teses se impõe. Elas estão em construção. E sabemos da resistência que tem um Congresso predominantemente masculino em relação à alternância de gênero.

Lembro da frase de uma pessoa que participava de um debate que considerei extremamente sábia. Dizia ela: *“Ora, nós precisamos considerar que é possível avançar, mas é difícil considerarmos que os Parlamentares possam utilizar o instrumento do suicídio político na sua participação na reforma política”*.

Isso quer dizer, em última instância, que estamos discutindo as mudanças de regras por pessoas que foram eleitas com as regras que precisam ser mudadas. Nós



estamos discutindo a necessidade de ampliar a participação feminina num Congresso majoritariamente — mais de 90% — composto por homens. Temos uma participação de mulheres, aqui na Câmara dos Deputados, de 8,7%.

Vamos esperar por volta de meio século, talvez, para que haja uma equidade ou igualdade de participação entre homens e mulheres no Parlamento se nada for feito e se acharmos normal termos mais de 50% da população feminina neste País e apenas 8,7% de mulheres na representação política. Se isso não é um sintoma grave que pode ser combatido pela própria reforma política de que não vivemos numa democracia. Eu não posso bater no pleito e dizer que esta Casa representa uma democracia, porque não dá voz às mulheres que são a maioria deste País. Porque ela reproduz, de outra forma, a guilhotina da Revolução Francesa, que guilhotinou as mulheres que queriam colocar na agenda da própria revolução, marco fundamental de conquistas de direitos, as suas reivindicações. Ou que vamos utilizar ou dar visibilidade às burcas invisíveis, porque no Brasil, em média, temos uma participação das mulheres inferior à participação nos países árabes, em muitos dos quais as mulheres usam burca. Então, não me digam que não carregamos burcas invisíveis, que não carregamos prisões que não se tocam, mas se sentem, as diversas ditaduras da perfeição e o aprimoramento das formas de dominação das mulheres.

A ditadura da perfeição faz com que nós, aqui em Brasília, tenhamos, por exemplo, mais de 30% dos lares dirigidos financeiramente por mulheres e 68% das tarefas domésticas de exclusividade das mulheres. É a dupla jornada. São as perfeições que se impõem à mulher para que ela não possa errar quando ocupa funções culturalmente ocupadas por homens. Porque se erra é porque é mulher. Ela tem que ser perfeita como dona de casa, perfeita como esposa, perfeita como mãe, perfeita como profissional.

As ditaduras da perfeição são as formas de dominação, eu diria, mais invisíveis, mas igualmente dilaceradoras de uma lógica democrática ou de uma concepção que aponte que o Congresso ou a Câmara tenha que ter uma representação mais coadunada com a própria sociedade.

Então, diria que não tem outra solução. Não tem! Alguma coisa genérica — assegurar a participação de mulheres, estimular a participação de mulheres — não



vai ser suficiente para que possamos provocar uma ruptura com um Congresso ou uma estrutura congressual que tem uma semelhança muito grande com a lógica de senzalas, que não atingiu apenas os trabalhadores, mas também as mulheres. Quem se sentia dono da terra se sentia dono dos trabalhadores, dono das crianças e dono das mulheres.

Portanto, queremos neste momento dizer que não tem muito o que conciliar. Ou fazemos um relatório que seja democrático e preveja a alternância de gêneros ou vamos nos curvar ao patrimonialismo, ao patriarcalismo, que é tão presente nas estruturas deste País, e dizer que a reforma política não atinge mais de 50%, as mulheres. Em algo que é extremamente estruturante. Porque nós estamos no Congresso, representação pública que tem a possibilidade de elaborar as próprias leis, que têm que ser tecidas com os fios da igualdade de direitos.

Então, se as mulheres têm a possibilidade de adentrar a representação, estamos provocando um verdadeiro processo de desconstrução de uma lógica sexista neste País, na qual tropeçamos. Às vezes nem a vemos, mas tropeçamos nela. Estamos tropeçando em óbices invisíveis, mas que existem. É essa a realidade que estamos vencendo hoje aqui.

Temos em média 20% de participação das mulheres no Parlamento nas Américas, Deputado João Paulo, e aqui temos por volta de 8%, considerando as três esferas. É inadmissível! Inadmissível! Tivemos uma diminuição, no processo eleitoral, do número de mulheres no Parlamento. Portanto, estamos falando em daqui a meio século, mas isso não é linear, não significa que a quantidade que temos hoje vai aumentar em 2014 e em 2018. Não é assim. Existe uma série de estruturas de poder que estão concentradas.

Por isso, digo que a discussão de igualdade de direitos de gêneros não é a cereja do bolo hoje. Ela é absolutamente fundamental e estruturante. A pobreza é feminina — o mapa da pobreza está dizendo isso — e o nível de enfrentamento dessa realidade passa por uma série de políticas, inclusive pela reforma política.

Então, entendemos que é preciso construir uma peça que possa provocar avanços, mas, se essa peça não tiver alternância de gêneros, os avanços serão insuficientes. Por mais que digamos que estamos construindo um aprimoramento da democracia participativa, o que é absolutamente fundamental, da democracia direta,



enquanto nós tivermos 8,7% de mulheres nesta Câmara — tivemos pela primeira vez na história deste Congresso, que é secular, nesta Câmara, a participação de uma mulher na Mesa Diretora —, enquanto tivermos isso, não vamos poder dizer que conseguimos realmente provocar os avanços necessários.

Por isso, eu diria que essa é uma discussão absolutamente estruturante. Dela vão depender outros avanços na construção de uma sociedade verdadeiramente democrática.

Vou encerrar lembrando duas citações. Uma é de Simone de Beauvoir, que diz que o que nós, mulheres, queremos é o poder. Não o poder contra os homens, nem o poder de dirigirmos instituições falidas por dirigi-las, mas o poder de sermos nós mesmas, de ocuparmos todos os espaços que a condição humana pode preencher e transformar.

A segunda citação é da ex-Presidenta do Chile, que disse que quando uma mulher entra na política muda a mulher, mas quando muitas mulheres entram na política muda a política. Isso é absolutamente estruturante, porque aí se constroem as leis e se ampliam os espaços de democracia dentro dos lares.

Nós acompanhamos o que significa o encarceramento de uma mulher e o encarceramento de um homem para as estruturas familiares. Se você dá independência, autonomia e amplitude de possibilidades e de potencialidades às mulheres, você constrói outra sociedade. Primeiro, você pauta o reconhecimento humano, a diversidade de gêneros e o respeito aos direitos de forma igual. Isso possibilita o reconhecimento da diversidade humana e de que a humanidade é uma só. Segundo, você provoca um reordenamento da própria sociedade, um repensar de atitudes e uma reestruturação dos espaços de poder, dos espaços públicos, e dos espaços domésticos também. Nós queremos os espaços públicos, mas os espaços domésticos têm que ser repartidos, compartilhados. A sociedade tem que ser compartilhada na sua igualdade. Senão, vamos escutar o que já escutamos nesta Comissão: que a culpa da não participação das mulheres é das próprias mulheres. Ou seja, é como se tivéssemos paredes e tetos de vidro, que você não identifica, que impedem que se caminhe, impedem que se vá para cima e impedem a amplitude horizontalizada também. Como são de vidro, ninguém vê. Não se combatem porque não são vistos. São invisíveis. E se fulaniza ou se responsabiliza



a mulher porque ela não consegue avançar, porque se desconhecem as paredes e os tetos de vidro. Então, escutamos aqui que a culpa da não participação é das mulheres, porque existe uma cota de 30% das candidaturas e as mulheres não participam. Como se esse fosse um processo automático e democrático.

Por isso, eu digo: ou fazemos uma discussão honesta e dizemos que vamos fazer uma reforma política e não teremos alternância de gêneros porque queremos a permanência e a perenização de estruturas que excluem mais da metade da população brasileira e que provocam toda uma lógica e uma naturalização da violação de direitos, inclusive da violência contra a mulher, ou vamos avançar na construção de um relatório que assegure a alternância de gêneros. Com a alternância, vamos construir e contribuir para uma reforma política que possa fazer mudanças nas estruturas sociais e políticas do País.

Isso está nas nossas mãos. Vamos lutar para que essa oportunidade de avanço se concretize, sem internalizar os limites e abrir mão do que seria o correto e o ideal porque internalizamos os limites. Quando internalizamos os limites, estamos limitando de forma absolutamente cruel e perigosa os horizontes de crescimento e de superação das desigualdades e das violações.

Era isso, Sr. Presidente. Agradeço a participação de todas as convidadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado William Dib) - Passo a palavra ao Deputado João Paulo Lima.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO LIMA - Sr. Presidente, primeiro, gostaria de justificar por que tive que sair durante a reunião — tinha até levantado uma questão de ordem aqui quanto ao funcionamento das Comissões. Tinha uma reunião da CCJ, e temos que, no mínimo, passar lá para assinar. Não sei o que houve, estive lá duas vezes e encontrei a sala fechada.

Dito isso, queria parabenizar a nossa Deputada pela iniciativa. Acho que foi um dos momentos mais ricos desta Comissão, pelo conteúdo, pela profundidade, pelas informações e pelos elementos novos que as companheiras, vou chamá-las de companheiras, trouxeram.

Na verdade, esta Casa representa, acima de tudo, a cultura política brasileira. É uma reprodução do que vivemos nas mais diversas instâncias de poder no Brasil.



Digo isso porque venho do movimento de igreja, onde já nas décadas de 70, 80 estabelecemos a cota de 50% de participação da mulher na JOC e na Ação Católica Operária, agora Movimento dos Trabalhadores Cristãos.

Venho do movimento popular, fui presidente de associação de moradores, no qual a participação hoje da mulher é muito superior. É de mais de 80% em relação à participação dos homens nas comunidades e no orçamento participativo da Prefeitura da cidade do Recife, que implantei quando Prefeito. A participação da mulher já é de quase 80% nas lutas comunitárias.

E venho do movimento sindical. Fiz movimento clandestino de fábrica, fui cipeiro, delegado sindical, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, primeiro Presidente da CUT em Pernambuco.

É impressionante o preconceito quanto à participação da mulher. É impressionante. A mulher, para assumir um cargo de poder, na verdade tem que ser uma coisa excepcional. Esse preconceito se dá também por muitas vezes não se acreditar na coragem e na força da determinação da mulher.

Presidente, quero lhe contar rapidamente um fato de uma empresa que tinha mais de 80% de mulheres. Era uma empresa de produtos eletrônicos, a Altronic. Havia um certo preconceito, pensava-se que essas mulheres nunca poderiam fazer uma greve. Houve um processo em que a empresa queria cortar um benefício dessas mulheres, e elas decretaram uma greve. Os dias foram se passando, e os poucos homens começaram a furar essa greve. Uma das coisas que sempre resgato em muitos momentos como este é esta: uma companheira que nunca tinha participado de greve, nunca tinha participado de nenhuma luta mais organizada, pegou o microfone e disse: *“Vou dizer uma única coisa para vocês aqui agora: eu não troco a minha saia pela calça de muitos homens”*. Aquilo foi na verdade um marco da posição de uma mulher que estava defendendo seus interesses, defendendo sua posição, defendendo suas conquistas.

Acho que esse processo tem que se dar dentro do Parlamento. Defendo a posição de 50% de participação da mulher, inclusive começando com a mulher na cabeça, porque acho que o projeto masculino de sociedade fracassou. O homem está mostrando cada vez mais que está sendo incompetente e insensível para os grandes problemas da humanidade. Hoje, os homens que normalmente têm sucesso



têm essencialmente alguns traços femininos, como a intuição, a motivação, o amor, a compaixão, etc. Acho que o sucesso do mundo está nas mãos das mulheres.

Por último, quero dizer que esse movimento tem que se dar aqui, mas também tem que se dar no movimento sindical, no movimento popular, até para que sejam espelhos. O nível de disputa em que vivemos hoje, digo isto como quem conhece profundamente o movimento popular e o movimento sindical, muitas vezes é igual ao nível que temos nas disputas políticas eleitorais. É uma reprodução.

Então, essa mudança tem que ser de forma estrutural, no modelo de mundo de hoje, em que se exclui a essência da vida. A essência da vida hoje é o dinheiro, é o poder, é o *status*, é estar numa posição política, é estar num cargo. A essência da vida deveria ser acima de tudo as pessoas, independentemente da sua condição social, independentemente da sua posição política. No mínimo, para os cristãos, à imagem e semelhança do Senhor.

Então, acredito que essa disputa é difícil, acirrada. Aqui, já conversei com o Relator, o máximo que se pode avançar é tentar trabalhar. Estou muito cético em relação à reforma política e às mudanças que vão sair desta Casa. Já disse isso. Sei que há companheiros inclusive do meu partido muito otimistas em relação a isso. Eu não estou. Cheguei aqui com muito otimismo, acreditando que íamos fazer uma reforma política bastante significativa. Agora, vamos ter que ver o que é possível avançar. Sem a pressão popular, sem a mobilização da sociedade, acima de tudo sem levar em consideração os bons exemplos trazidos das organizações populares, é muito difícil serem consolidadas algumas coisas aqui.

Por último, eu gostaria muito, como sempre acho que a crítica é um instrumento científico de trabalho e na condição de Prefeito eu dizia sempre que de vez em quando eu tinha vontade de jogar os meus melhores assessores do nono andar, porque eles faziam críticas a determinadas posições, não publicamente, mas internamente... Sinto falta hoje nesta mesa da participação de uma Deputada. Eu tinha cedido o meu tempo inicial para a nossa querida Deputada Erundina, mas ela insistiu para que eu falasse primeiro, para dizer aqui algumas aberrações. Estou falando acima de tudo do fundo do coração, de quem acredita na força do movimento, da organização, mas acima de tudo na essência da mulher. Isso é fundamental.



Digo isso porque venho de uma família extremamente humilde. Meu pai se aposentou como cobrador de ônibus de uma empresa na cidade do Recife, a Metropolitana. Fui operário de fábrica durante muitos anos e sei na prática a resistência das mães de família hoje, muitas desamparadas, abandonadas pelos maridos, que deixam os filhos para elas sustentarem e educarem, a força da mulher na transformação do Brasil de hoje.

Finalizo, Presidente, agradecendo e parabenizando as três expositoras pela brilhante apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado William Dib) - Parabéns, Deputado João Paulo.

Passo a palavra à nossa Deputada Luiza Erundina.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Sr. Presidente, colegas, companheiras e companheiros, fico muito orgulhosa de ouvir essas companheiras e do nível de compreensão, de clareza e de lucidez que as companheiras demonstram aqui em suas falas. Associo isso à história de luta e de militância das companheiras. Uma companheira é do movimento sindical, Central Única dos Trabalhadores, outra companheira é do Movimento de Mulheres, também com uma forte militância no movimento popular de modo geral, e a Tatau é uma companheira que milita também em partidos políticos.

Concluo que esse grau de compreensão, de clareza, de convencimento e de convicção que as companheiras demonstram em suas falas é resultado dessa militância, dessa trajetória de luta e ao mesmo tempo de formação política, de educação política. Dizem que a luta é que nos forma.

Estou de pleno acordo sobre o déficit democrático que existe no Brasil, até como uma determinação histórica, uma determinação cultural, além de econômica e social. Temos uma sociedade autoritária, um Estado patrimonialista, clientelista, centralizador de poder, e todas as instituições políticas e as instituições sociais, formadas sob a influência dessa determinação histórica, cultural e política, expressam exatamente isso. Como romper com essa determinação cultural? É uma das questões que gostaria de ver as companheiras aprofundarem nesta reflexão que estamos fazendo.



Se somos mais de 50%, se tivéssemos consciência da nossa força, se conseguíssemos organizar essa força e, mais do que isso, mobilizar essa força, nós nos imporíamos, nos colocaríamos em vantagem nessa tal de correlação de forças.

Fala-se muito em correlação de forças. Eu tenho muito medo desse argumento. A correlação de forças é muito forte mesmo, mas não é estática, ela se movimenta. São forças em confronto, em correlação, em enfrentamento. Então, há uma massa, uma maioria na sociedade que é uma força potencial.

Sempre digo que, se um dia nós mulheres entendêssemos quantas somos e o quanto podemos, não precisaríamos de nenhum voto masculino para mudarmos o poder neste País. Faltam do nosso lado a autoconfiança, a autoconsciência e o exercício da condição de sujeitos para que as coisas acontecessem de outra forma e essa correlação de forças não fosse o principal argumento que se coloca entre o ideal e o real, o possível.

Também tenho muito medo da diferenciação do que é real do que é possível, porque é limitador. A Deputada Erika foi muito feliz na sua argumentação. Se já partimos dessa limitação, desse pressuposto, desse marco, já se dá de barato que não se vai poder avançar porque essa é a limitação, é isso que está dado e portanto vamos nos conformar, vamos conseguir uma cotazinha que é uma mera conquista formal, uma mera conquista institucional, legal, que não tem uma concretude, não tem uma eficácia no plano da sociedade e no plano dos partidos políticos, no plano do movimento sindical.

Queria ouvir também as companheiras sobre como se dá esse déficit democrático nos partidos, nas direções partidárias, na vida partidária, no movimento social, no movimento de mulheres, no movimento feminista e também no movimento sindical. Não me consta que no movimento sindical haja paridade, igualdade e inclusão das mulheres nesses espaços de poder. E tudo é espaço de poder.

Marcou-me muito um congresso do meu partido, o atual, no qual já estou há mais de 10 anos. Apresentamos uma tese num congresso, instância máxima do partido, alterando a composição da direção partidária e propondo que o partido tomasse... O partido defende muito sua auto-organização, seu poder interno como instituição partidária, o que está correto, eu defendo isso também. Mas isso nunca é exercido no sentido de mudar o próprio partido. Um partido que se diz democrático e



que concorda em ampliar os limites da democracia no País encaminharia, na sua política, a incorporação de cotas, não precisaria nem de cota na lei. Um partido de fato democrático traduziria essa vontade pela democracia interna pondo na sua política a aplicação de cotas, estivesse ou não na lei. E isso não ocorre.

Eu entrei com uma tese nesse sentido e perdi fragorosamente, e com os votos das companheiras mulheres militantes do partido, delegadas do partido. Portanto, há alguma coisa do nosso lado que precisamos mexer. Claro que não é um ato de vontade apenas, mas há um déficit de formação, de educação política. Se a luta não é forte, se não é ampla, não abrange o maior número de mulheres, não superamos essa determinação cultural e histórica que está em nós. Nós não brigamos pelo poder. Temos introjetado, consciente ou inconscientemente, que o poder é coisa de homem, é coisa que interessa aos homens. Nem sequer ousamos no momento em que estamos atribuindo poder. Excluímos as mulheres na hora em que nós, mulheres, estamos atribuindo poder aos homens.

Portanto, o buraco é bem mais embaixo mesmo. Quer dizer, essa reforma política é um processo, não se resolve com uma lei. Mas de fato uma lei... As companheiras destacaram com muita precisão e competência que os mecanismos alteram a realidade, dependendo do quanto se implementem esses mecanismos, essas alterações do sistema, da forma de organizar o sistema eleitoral, a atividade partidária, o movimento sindical, o movimento de mulheres e os movimentos sociais de modo geral. Quer dizer, é um processo, mas, evidentemente, se incluirmos alguns mecanismos, e são mecanismos de democracia direta, democracia participativa, aperfeiçoamos a democracia representativa, ampliamos os espaços de poder para homens, mulheres, negros, jovens, idosos, portadores de deficiência, enfim, os que estão excluídos do poder em nosso País.

Gostaria muito de ouvir as companheiras sobre essa realidade dos movimentos, dos partidos, e o déficit de democracia existente dentro deles, o que explica em grande medida o déficit de democracia existente na sociedade. E consequentemente as instituições políticas não avançam. Não é a partir delas que avançamos democraticamente. É a partir de uma sociedade e de sujeitos democráticos e livres, agindo coletivamente, que alteramos a superestrutura da sociedade, que são as instituições políticas.



Gostaria de ouvir as companheiras sobre isso. Gostaria também de ouvir sobre o papel da mídia nisso, as determinações culturais e o desserviço que a nossa mídia presta, para a manutenção dessa dominação machista, masculina, patriarcal, autoritária, e como romper com esse instrumento poderoso que é o papel da mídia.

Gostaria de ouvir as companheiras também sobre a ideia de um plebiscito para que a sociedade aprecie a proposta que sair deste debate. O nosso Relator tem uma certa resistência a isso, por entender a dificuldade que a sociedade teria de se expressar sobre um processo, uma questão complexa, sem antes ter experimentado em que isso vai dar. Ele propõe que esse plebiscito não se faça sobre a proposta original que sair deste debate, mas numa próxima eleição, depois de se experimentar esse processo, para ver se é melhor do que o que existia antes.

Mas eu acho que essa é uma tentação que todos nós temos, porque temos o autoritarismo dentro de nós, de imaginar que o povo não é capaz de entender as coisas, de se posicionar a respeito delas, de compreender as coisas mais complexas. É só colocar essas coisas no nível de compreensão de qualquer pessoa.

Gostaria de ouvir as companheiras sobre essa questão.

Estou muito orgulhosa de vocês e da contribuição que as companheiras têm trazido a este debate, não só as que atuam mais diretamente na Casa, mas as que aqui vêm. É uma pena a maioria dos homens não estarem aqui para pelo menos quebrarem a resistência, que não é uma vontade só dos homens de se apropriar do poder de forma exclusiva. Há também falta de clareza, uma cultura de dominação e de autoritarismo que está introjetada em nossa consciência, em nosso subconsciente, em nossas práticas e na reprodução dessas práticas. E nós mulheres contribuimos muito com a reprodução desses valores de dominação, de hegemonia masculina. Há um processo mais largo, que temos de acelerar através de mecanismo que contribuam para romper com essas determinações culturais, históricas, sociais, econômicas, políticas. Acho que isso não é uma tarefa fácil — e que não é para poucos; deve ser feita por muitos. Então temos que acelerar esse processo.

Obrigada, companheiras. Vocês trouxeram uma excelente contribuição. Espero que a *TV Câmara*, que está reproduzindo este debate, possa reeditá-lo e



projetá-lo muitas vezes, para que esse recado competente que vocês trouxeram possa chegar a maior número de mulheres e homens deste País.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado William Dib) - Parabéns, Deputada Luiza Erundina, pelas considerações!

Vou passar a palavra às palestrantes, que responderão aos questionamentos e farão suas considerações finais.

Primeiro, Dra. Maria da Graça Sousa.

A SRA. MARIA DA GRAÇA SOUSA - A nossa querida Deputada Luiza Erundina nos pergunta: como romper com esse poder centralizador?

Eu não tenho dúvida de que é romper com o poder econômico, Deputada Luiza Erundina. O financiamento democrático do processo eleitoral determinará, pelo menos, o início do rompimento com esse centro de poder, com essa centralização de poder.

No Brasil, no atual sistema, o poder econômico é colocado a serviço da disputa eleitoral, e isso determina a composição de hoje neste Congresso. Aqui temos, em sua grande maioria, patrões e proprietários, mas muito poucos trabalhadores e trabalhadoras.

Ou seja, só quem tem muito dinheiro consegue se eleger. Então, a proposta de financiamento democrático público de campanha, para mim, é um passo fundamental para romper esse poder centralizador.

Quanto ao déficit democrático da participação das mulheres — e a Deputada nos pediu que falássemos um pouco sobre esta questão nos movimentos sindicais —, acho que não há divergência com o que a Tatau pensa com relação ao tema, do ponto de vista de Parlamento e Estado, ou mesmo com o que pensa a Sílvia.

Vou, então, centrar-me na parte a mim destinada, que é a participação feminina nos movimentos sindicais. Elas poderiam falar sob as outras óticas, pois tenho certeza de que não há divergência com relação a isso.

Então, como estamos rompendo essa barreira? Eu disse aqui, no início, que o movimento sindical é absolutamente machista — e ainda é. Posso falar da nossa experiência na Central Única dos Trabalhadores, da qual participo desde a fundação. Não foi fácil. Nós nos organizamos a partir da base, das nossas



companheiras e companheiros de nossos sindicatos nos Estados. Propusemos o sistema de cotas, infelizmente, porque não é o ideal. Mas começamos a trabalhar com o sistema de cotas, e conseguimos então estabelecer um mínimo, a exemplo do que ocorreu no último congresso, quando elaboramos uma regra. Porque não basta fazermos a cota; caso contrário, cairemos no sistema político que está aí, na representação do Congresso. Ou seja, colocam-se mulheres para cumprir aquela determinação de 30%, mas não se dá a elas qualquer condição para fazer um real processo de disputa na sociedade no mesmo nível dos homens. As mulheres estão ali para inglês ver, como se diz, ou para tapar buracos; ou seja, para cumprir uma mera formalidade legal.

Então, o que fizemos no movimento sindical? Elaboramos regras. Aquele sindicato, federação ou confederação que não cumprir a cota será impedido de participar de qualquer instância de poder da Central.

Agora queremos avançar em nossas plenárias e em nossos congressos. O mínimo são os 30%, mas queremos esse mesmo percentual na qualidade do poder de decisão, ou seja, nos postos que efetivamente decidem, que têm poder de decisão. E é aí que trabalhamos com a cota: no sentido qualitativo.

Portanto, queremos crescer em número, mas também em qualidade no exercício do poder de mando. Esse é o próximo passo que daremos. Por enquanto, estamos cumprindo as cotas, e quem não as cumpre sofre as sanções impostas pelas regras; ou seja, não participa, não tem poder de decisão.

Eu sou da Central Única dos Trabalhadores do Distrito Federal, mas fui impedida pela CUT Nacional de participar de um fórum, de uma instância de decisão nacional porque o meu sindicato de base não cumpriu uma regra.

É dessa forma que entendemos a participação das mulheres.

As cotas são ainda insuficientes, mas, se houver regras para todos, quebrando o cartel financeiro, acho que avançaremos no processo de democracia.

A Deputada falou, ainda, sobre o papel da mídia. Acho que devemos impor limites. E impor limites não significa para nós democratizar. Cito como exemplo o Bonner, da Rede Globo, que diz: “*nós somos democráticos.*”. E sabemos que há apenas 5 canais de televisão no sistema... É algo surreal! A gente tem a impressão de que não está ouvindo isso de uma figura pública como aquela.



Então, acho que se deve impor limites. Não há outra forma senão democratizar o sistema de comunicação no Brasil, democratizar a mídia. Devemos impor limites ao desrespeito que se tem, por exemplo, quando se faz a mercantilização da mulher na mídia.

Se não impusermos limites, não adianta. E isso é um programa de Estado. Não significa censurar, mas exigir respeito. Nós, mulheres, exigimos e queremos respeito!

Enquanto não se impuser limites a isso, enquanto não houver uma reforma séria, sem medo de enfrentar os poderosos da mídia, acho que não haverá outra forma.

Estão ocorrendo várias conferências sobre o tema. O Governo Federal tem apontado alguns caminhos nesse sentido, e acho que nós, na sociedade, precisamos nos colocar a par desse debate e enfrentá-lo.

Por fim, respondo à pergunta sobre o que achamos de um plebiscito.

Eu falei, no início, que, quanto ao controle social, o plebiscito é um dos melhores instrumentos à disposição do povo. Particularmente, posso falar que sou plenamente a favor de um plebiscito. É a expressão da soberania popular, um dos instrumentos de controle que temos. Portanto, sou absolutamente favorável à soberania popular — e um dos instrumentos é o plebiscito. Teríamos, porém, que pensar no formato.

Para concluir mesmo, eu queria dizer que esse equilíbrio da balança é absolutamente complicado. Se começarmos o debate, olhando para o horizonte com o limite do equilíbrio atual — e que equilíbrio é esse? é o equilíbrio da correlação de forças neste Congresso —, aí podemos colocar a sacolinha embaixo do braço e ir para casa. Porque, com os 8,9% de representação nesta Casa, a queda de braço não vai ter equilíbrio de forma alguma!

Do nosso lado, da nossa parte, Central Única dos Trabalhadores, a nossa sacola está na rua, colhendo propostas, debatendo, discutindo com a sociedade, organizando a sociedade e os movimentos, chamando o conjunto do movimento social organizado, seja ele sindical ou não, para fazer esse debate.

Devemos dar às pessoas condições necessárias, se chegarmos a um plebiscito, para que elas não sejam manipuladas pelo velho cartel que deseja manter



a situação atual. E, vamos combinar, com 8,9% de participação feminina não há democracia neste País. E o que precisamos é de democracia.

Concordo plenamente com a Erika, pois não há democracia neste Congresso sem mulher participando. Ou seja, sem a participação da sociedade — pois somos mais de 50% da população —, que está sub-representada, como está aqui, não podemos falar em democracia.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado William Dib) - Com a palavra a Dra. Sílvia Maria Sampaio Camurça.

A SRA. SÍLVIA MARIA SAMPAIO CAMURÇA - Inicialmente, acho que vou comentar a demanda da Deputada Luiza Erundina sobre esse desafio de romper com a dominação, o que, na verdade, é um enfrentamento do próprio sistema patriarcal nas suas múltiplas faces e mecanismos.

A opressão e exploração de nós, mulheres, está orientada basicamente por quatro mecanismos principais desse sistema. A exclusão das mulheres dos espaços de poder é um desses mecanismos institucionalizados em leis, em regras. Enfim, isso se faz com todas as minorias; ou seja, transforma-se grandes majorias e minorias políticas.

No caso das mulheres, uma outra dimensão desse patriarcado é a própria divisão sexual do trabalho, que exime os homens do trabalho doméstico e coloca sobre nossas costas uma dupla carga de trabalho, o que nos tira enormemente tempo para estudar, fazer política, militância, o que nos confina ao espaço privado e cria a ideologia de que homem público é algo natural, mas que uma mulher com vida pública não é algo desejável.

Essa mesma divisão produz a seguinte ideologia: se papai resolver ser candidato, todo mundo em casa apoia; se mamãe assim o fizer, toda a família, a vizinhança e todos mais dirão que isso é uma loucura e indagarão o que ela vai fazer na política.

Como dizia o Prof. Paulo Freire, essa ideologia do opressor mora dentro do oprimido. E muitas mulheres demoram a achar o oprimido dentro de si e passam a se convencer de que o lugar delas não é mesmo esse e que elas não estão prontas para isso; elas estão prontas para cuidar de crianças e para lavar uma boa trouxa de



roupas, mas de modo algum têm habilidade para a política. Como se todos os homens que estão na política a tivessem. E não têm. Muitos chegam aqui sem qualquer qualificação política, semianalfabetos, sem qualquer experiência. Entretanto, o sistema permite que nas Câmaras de Vereadores e Assembleias Estaduais seja facilitada a participação política de homens, mesmo os completamente inaptos.

Há, ainda, o mecanismo já mencionado pela Graça, o de expropriação do controle sobre o nosso corpo e imagem, e isso se faz por meio da indústria do sexo, da pornografia, da prostituição, da medicina estética. Somos seres que estamos submetidos a esses mecanismos de dominação muito fortes.

Por último, vem a própria violência. Quando nenhum outro mecanismo de cerceamento da autonomia dos oprimidos funciona, a legitimação da violência é um último recurso. E estão aí os casos de violência.

Com esses quatro mecanismos, o sistema patriarcal se retroalimenta no mundo. E contra eles o movimento de mulheres e feminista vem lutando desde quando começou a se organizar, há pouco mais de 100 anos.

Acho que estamos avançando cada vez mais. E é através do movimento que a educação política das mulheres se faz. Há uma transformação em cada uma de nós. Ao mesmo tempo em que vamos lutando para transformar essa sociedade, vamos nos transformando individualmente também.

Acho que essa tarefa político-pedagógica do feminismo permanece e é de longo prazo mesmo.

Ao mesmo tempo, vamos enfrentando em cada um desses estratégias do sistema seus mecanismos. Enfrentar a questão do poder e da reforma política é um dos caminhos para confrontarmos a própria dominação.

Sem dúvida, a auto-organização das mulheres é o que vai fazer isso avançar, e, inclusive, é o que explica o fato de muitas de nós estarmos nesta sala. Não fosse pela luta das mulheres que nos antecederam, nem eu estaria aqui nem teríamos mulheres Deputadas nesta Casa. Mas as forças antagônicas são grandes e aliadas. É o mesmo sistema onde o poder econômico, o capital, está associado ao poder patriarcal. O latifúndio é a maior expressão do patriarcado, e está aí renovadíssimo, com a pujança de sua nova face de agronegócio.



Então, são questões muito desafiadoras.

Do ponto de vista do que podemos fazer hoje, estamos convencidas de que a mobilização das mulheres em torno de uma reforma do sistema político é algo estratégico.

Isso não é, entretanto, uma unanimidade no movimento. Há setores que acham que a cada eleição podemos batalhar por essa ou aquela companheira. Podemos e devemos. Mas é preciso garantirmos uma luta de longo prazo para democratizar o sistema político, porque, ganhando menos do que os homens, esse é o resultado que o sistema produz. Com o tempo consumido com muito mais outras tarefas do que os homens, com menos tempo para política, e excluídas historicamente dos espaços de poder, para nós é muito mais demorado tentar entrar no sistema tal qual ele se encontra, porque ele é em si mesmo excludente, do que lutarmos para conseguirmos avanços com pequenas mudanças ou reestruturações mais profundas no próprio sistema.

Então, devemos ter uma dupla entrada e não nos iludirmos no sentido de que a simples campanha por mais mulheres participando das eleições vai permitir que um dia cheguemos à igualdade. Não vai, porque o sistema não funciona de forma inclusiva; ele é excludente, por sua estrutura. E não me refiro apenas às mulheres, mas também à classe trabalhadora como um todo, à população negra. Basta vermos o perfil da composição de quem chega ao poder.

Então, precisamos manter a luta de longo prazo. Daí o motivo por que nos somamos aos movimentos que construíram essa plataforma, porque sabemos que não é uma luta que se concretiza em um dia ou em um ano.

Para essa reforma política, especialmente — e a cada ano tentamos avançar em algumas coisas —, no ano passado conseguimos substituir uma palavra na lei de cotas, ou seja, mudamos “*reservar vagas*” para “*preencher vagas*”. É apenas uma palavra, mas que torna mais consistente a luta.

Agora, vejam o grau de resistência desta Casa: tudo o que conseguimos de avanço no ano passado foi mudar a palavra “*reservar*” para “*preencher*” 30% das vagas com mulheres.

A Articulação de Mulheres Brasileiras não instou o Ministério Público, mas enviamos cartas a todos os Tribunais Regionais Eleitorais para sabermos o



resultado das candidaturas, para que eles divulgassem, em cada Estado, como estava o cumprimento da lei.

Apenas em dois Estados os Tribunais Regionais Eleitorais nos responderam e informaram que tínhamos razão e que iriam chamar as coligações para decidir o que poderia ser feito.

Com esses dois Tribunais nós dialogamos, e um deles foi o de Pernambuco. Mas eles nos responderam que não houve mulheres em número suficiente para preencher as cotas. Então, a gente solicitava que o Tribunal determinasse a redução do número de homens candidatos, pois assim estaria respeitado o percentual de 30% e 70%, sem problemas.

Em Pernambuco isso foi feito, pois duas coligações fizeram negociações e reduziram o número de candidatos. Mas isso não ocorreu em todos os outros Estados. O Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, inclusive, foi o mais cínico: respondeu que isso não caberia ao Tribunal — ou seja, a observância da lei —, pois essa seria uma questão afeta aos partidos.

Nos outros Estados, após idas e vindas, disseram-nos que enviaram cartas, mas que os partidos não responderam. Ou seja, raríssimos foram os que realmente tomaram a ofensiva de cumprir o seu papel.

Então, é uma resistência que vem do próprio sistema político, inclusive do Judiciário.

O que nós pretendemos, e achamos ser importantíssimo que esta Comissão assim se comprometa? Sem dúvida, a gente não pode aceitar nada menos do que existe de atual, ou seja, 30%. Isso, na lista fechada. Por isso, é preciso alternância. O piso são os 30%. Vai ser extremamente vergonhoso se não se respeitar nem esse piso. O nosso horizonte é a paridade, e o piso são os 30% de hoje. É preciso garantir que essa regulamentação seja cumprida com a não inscrição de candidaturas caso a lei não seja cumprida. Pelo menos, para a gente não ficar passando vergonha para o país parceiro, que é o México. O México tem a mesma cultura política brasileira, tem a mesma matriz de país colonizado a partir de um patriarcado europeu. Eles, do Estado espanhol; nós, do Estado português. Então, eles têm vários problemas, como nós os temos. Lá também houve estupro colonial, houve dominação sobre as mulheres. Entretanto, no México, o partido que não



cumprir a lei de cotas não inscreve candidato algum. Então não é possível que a gente não consiga chegar a coisas desse tipo.

Acho muito importante avançarmos no PL de iniciativa popular, fazendo com que o processo de projetos de iniciativa popular sejam mais ágeis e que possam ter precedência na tramitação. O que acontece hoje? Mesmo que consigamos aquele montão de assinaturas, corre-se o risco de o projeto chegar aqui e ficar rodando no Congresso, sem prazo para ser votado.

Achamos importantíssima a ideia do plebiscito, inclusive sobre matéria eleitoral. Portanto, sobre a reforma política, entre outras coisas, porque defendemos o mecanismo novo, que é o veto popular. Ou seja, se uma lei for aprovada no Congresso, que a população possa ter o direito de vetar através de convocação de um referendo, sobre se quer ou não essa lei. Nós defendemos plebiscito para criação e fusão de Estados; defendemos plebiscito para firmar acordo de livre comércio; defendemos plebiscito para alienação pela União de jazidas, lavras e outros minerais; e também defendemos plebiscito para matéria eleitoral, porque isso tem a ver com o exercício de poder no País. Não podemos ficar à mercê dos interesses desse ou daquele, dessa ou daquela Parlamentar, que não quer mexer na estrutura de poder para se manter reeleita permanentemente. Defendemos até limitação do número de mandatos, porque o que queremos é renovação.

Mas eu acho que entre o máximo e o mínimo — para sublinhar aqui —, 30% são o mínimo. E a gente tem que avançar para a paridade. Mas isso não vai acontecer se a gente não fixar a ideia da lista fechada com alternância. Porque é a forma mais democrática, mais solidária entre candidatos e candidatas, entre todos os partidos. Eu não tenho a menor dúvida de que a lista fechada com alternância de sexo altera a cultura política, porque promove a solidariedade entre as candidaturas, aprofunda o perfil ideológico do partido, e cria na população a alegria de poder assistir a campanhas onde se debata projetos, e não fiquem em cima do perfil individual de “A” ou de “B”, porque a gente já está cansada disso. Não é à toa que a população tem nojo da política, porque as campanhas não debatem o futuro do País, nem do Estado nem da cidade, e partem para cima dos perfis individuais. E, se a gente quer mudar essa possibilidade para homens e mulheres, realmente podendo debater o futuro de sua comunidade, de seu Estado, de seu País, não há dúvida de



que a lista fechada e com alternância de sexo é um instrumento poderosíssimo para a renovação de nossa cultura política, porque coloca a qualidade das eleições em outro patamar.

Se a isso a gente puder somar o financiamento público e exclusivo — insisto toda a vida no exclusivo —, esta Legislatura terá o grande mérito de ter aprofundado a democracia no Brasil. Isso está na mão desta Legislatura; infelizmente, não está na mão do povo que está lá fora.

Nós estamos fazendo a nossa parte, e vamos seguir mobilizadas e atentas, acompanhando a posição e a evolução — esperamos que aqueles que estão mais resistentes possam evoluir para algo mais democrático — de cada integrante desta Casa. Mas queremos deixar pontuado tudo isto que para nós é prioridade, neste momento, nesta disputa pontual: qual a reforma política para este ano.

Temos muito medo de que, por acomodação e para não enfrentar questões espinhosas, o Parlamento tenda a empurrar para a frente a reforma. Se for assim, a gente vai lamentar muito isso. Realmente, temos a expectativa de que se faça alguma coisa neste momento. O ano que vem já traz eleições de novo, e, daí, se não se fizer agora, só daqui a dois anos é que se poderá retomar ou recomeçar o assunto. E a gente não aguenta mais ver essas minirreformas, que alteram muito pouco de significativo na democracia e não nos movimentos. A sociedade não é boba.

Este ano, a gente está com mais força. A gente, coletivamente, produziu 5 programas de rádio, que estão sendo distribuídos para as rádios comunitárias em todo o País. Quer dizer, a gente realmente está decidido a influenciar a opinião pública e esclarecer a população. E acho que a Câmara também tem esse papel com essas audiências públicas.

Um plebiscito ao final do processo seria fundamental até para o próprio Legislativo avaliar o seu grau de sintonia com os anseios de seus próprios eleitores e eleitoras. É que a gente tem a tradição de que eleitores e eleitoras votam, e, depois, o Parlamentar e a Parlamentar vão por onde acham que é melhor, e nunca voltam a ouvir o que, afinal, os eleitores pensaram daquele voto. Então, eu acho que o plebiscito, o referendo ajuda a gente a avaliar o grau de sintonia de expectativas e desempenho entre Parlamentares e eleitorado.



Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado William Dib) - Obrigado, Sra. Sílvia Maria.

Com a palavra a Sra. Tatau Godinho.

A SRA. TATAU GODINHO - Eu vou procurar me centrar em alguns argumentos apenas a partir do debate.

Acho que foi extremamente importante essa observação que a Deputada Luiza Erundina fez — e o Deputado João Paulo Lima, na mesma linha — no sentido de que nós temos efetivamente aspectos da sociedade que determinam o resultado no Parlamento. Esse resultado, no entanto, não precisa ser automático, porque ele passa por uma disputa política, por um debate político, pelos movimentos sociais, por um processo de mudança que tem se repetido em vários lugares.

Quando a gente percebe 8% de mulheres na Câmara Federal, é claro que isso está em dessintonia com a sociedade. As mulheres são maioria nos movimentos populares; estão em grande maioria em vários movimentos. O movimento estudantil no Brasil hoje ampliou e votou paridade entre mulheres e homens em vários processos de representação. A juventude vem discutindo isso. Alguns partidos políticos conseguiram fazer essas mudanças nas suas direções. O movimento sindical está lutando por isso. E, ainda assim, o Parlamento continua com 8% de mulheres. É claro que nós vamos encontrar outros segmentos com representação pífia de mulheres. Agora, o Parlamento pressupõe um debate para ampliar essa relação com a sociedade, e a reforma política tem este caráter.

O Deputado Rubens Otoni, no papel da relatoria, claro, tem um desafio fundamental: compor posições e tentar expressar o que isso significa.

Um elemento que eu queria enfatizar como extremamente importante é esse aspecto do financiamento público exclusivo, que é uma base para outras mudanças. Ele, obviamente, não resolve todas as outras mudanças, mas é uma base importante, inclusive para romper com aspectos, em que a Deputada insistiu, de uma sociedade patrimonialista, clientelista — porque o clientelismo se faz não apenas na base regional. Muitas vezes, a gente imagina o clientelismo, pensando no aspecto regionalizado do processo de representação; mas ele é fruto do poder



econômico, é fruto dessa atribuição, da representação política a partir do processo econômico. Isso é muito importante frisar.

Outro elemento muito importante que mencionamos aqui, mas ao qual não demos peso — e eu gostaria de retomar exatamente pelo estímulo provocado pelo Deputado Rubens Otoni, que mencionou como isto entra no debate — é a eleição por voto proporcional, que garante um espaço de representação democrática coletiva, de uma forma que não se expressa pelo voto distrital. O voto distrital tem o aspecto, a aparência de maior proximidade com o eleitor, mas ele é um fechamento de território; e há transformação do voto em um voto de majoritário e não em um voto que represente a diversidade da sociedade. Nesse sentido, inclusive para a representação feminina, historicamente no estudo do sistema eleitoral dos diversos países, ele é extremamente prejudicial porque amplia o voto majoritário e não o voto proporcional, alargando, portanto, a disputa de representação em detrimento da amplitude da participação daqueles setores que entram em piores condições na disputa.

Outro elemento que acho importante também — e aí é uma posição pessoal, que insisto em apresentar a esta discussão — é relativo ao seguinte debate: os processos de representação devem ser, prioritária e primordialmente, coletivos. É o processo de representação política de uma proposta política, não de um indivíduo. Nesse sentido, seria muito importante considerar a possibilidade, de fato, de limitação da reeleição dos mandatos parlamentares.

A limitação da reeleição dos mandatos parlamentares — e aqui não estou definindo que seja uma vez ou duas vezes ou se em Câmaras diferentes —, com certeza, ajudaria a ampliação da presença das mulheres e o processo de aplicação de paridade.

Por que, muitas vezes, as pessoas imaginam que, se tivermos uma determinação de alternância entre homens e mulheres, haverá uma saída de pessoas que se imaginam com 30 anos, 40 anos no Parlamento? Essa representação não é necessariamente a mais democrática, porque há um processo de retroalimentação que acaba fazendo com que a lógica seja a manutenção de si mesmo e não de um projeto político. Nesse sentido, o projeto partidário é mais coletivo.



Relativamente à definição por um mandato partidário, por um projeto partidário... Volto a insistir em que essa alternância entre mulheres e homens precisa ser estabelecida não como recomendação, mas como norma. E, aqui, os Parlamentares sabem exatamente a diferença que existe entre o estabelecimento de uma norma com mecanismo de aplicação e o que é apenas um argumento de retórica. O argumento de retórica tem um efeito perverso muito grande, porque ele aparentemente amplia a democracia, mas joga a responsabilidade do insucesso do resultado sobre os setores com menor capacidade de romper as barreiras — que a Deputada Erika Kokay chama de barreiras invisíveis — que ocorrem no processo de representação das mulheres.

Vou explicar isso de maneira mais clara. O mecanismo de cotas, como foi votado no Brasil, tem um pouco desse processo. A argumentação usada contra as mulheres é a seguinte: nós não temos candidaturas de mulheres, porque as mulheres não querem ser candidatas. Obviamente, não é esse o sistema. O sistema é de eleição individual.

Então, ao se estabelecer uma regra que, além do mais — como a Sílvia e a Graça bem explicitaram —, nem o próprio Judiciário se sente responsável por mantê-la, quem zela pela aplicação da lei argumenta que não tem nada a ver com a aplicação da lei em determinados casos, e isso aconteceu também com a apresentação no tempo de televisão. Este é um elemento fundamental para nós: a definição, seja ela qual for, precisa ser, Deputado Rubens Otoni, um mecanismo com regras claras de aplicação, e não apenas uma declaração de incentivo à participação das mulheres, uma retórica que acabe não tendo resultado prático.

Eu já apresentei aqui o exemplo de como foi feito esse debate nas eleições da Argentina, no Parlamento da Argentina: ao não aparecer o resultado efetivo da forma de aplicação, foi necessária uma segunda mudança da regra eleitoral para que ela fosse aplicada corretamente. Exatamente, por quê? Porque é disputa de poder. Se a regra não diz como fazer a aplicação, haverá um mecanismo de tergiversação, haverá um mecanismo de contornar a regra, haverá um mecanismo de impedimento de que a regra seja aplicada em detrimento das mulheres.

Eu lembro-me perfeitamente, no caso, no Partido dos Trabalhadores, onde eu militei durante muitos anos, e continuo militante, que nós discutimos, por exemplo, a



regra de 30% das mulheres nas direções, eleitas por listas partidárias, e que, no momento da aplicação, o debate era assim: mas isso vale também para a Executiva? Claro que vale para a Executiva! Então, fomos lá e escrevemos: “*Vale para o Diretório e vale para a Executiva*”.

O debate é sempre esse. Como é disputa de poder, onde se puder interpretar pela manutenção do *status quo*, a interpretação será pelo *status quo*. Então, nós queremos que a regra esteja escrita, e com mecanismo de aplicação. A alternância ou a aplicação, na forma como for. E que também não se criem subterfúgios para que ela não seja aplicada, que não se levante, mais uma vez, o argumento de que as mulheres não são eleitas porque não se candidatam, ou que as mulheres não são eleitas porque elas não querem disputar o poder. Ora, as mulheres não são eleitas porque os mecanismos de exclusão estão muito além das regras. O que cabe a este Congresso aqui é estabelecer regras; e regras que favoreçam uma mudança na sociedade — portanto, regras que sejam efetivamente claras no seu processo de aplicação, para evitar que tenhamos que recorrer, a cada momento, a uma interpretação do que vale, do que vale, do que vale, e sempre atrás de uma sub-representação das mulheres.

Eu agradeço-lhes, mais uma vez, por poder participar, e imagino que este debate possa nos ajudar a trazer elementos para o relatório e para uma ampla discussão nesta Comissão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado William Dib) - Obrigado, em nome da Presidência.

Gostaria, antes de começar a finalização, de fazer algumas ponderações.

Quando o Presidente desta Casa decidiu montar a Comissão Especial, dia 8 de fevereiro, ele não o fez por apelo dos Deputados nem das bancadas; ele o fez com o entendimento de que a sociedade entendia que o sistema eleitoral atual estava desgastado, tinha passado o seu tempo, tinha entrado em descrédito junto à população; que o sistema de representação precisava mudar, e que o sistema eleitoral precisava de mudanças.



Então foi proposta a criação desta Comissão. E, a partir de terça-feira, como teremos duas Comissões ao mesmo tempo, poderemos fazer alterações necessárias em termos de PEC, além da legislação ordinária.

Eu gostaria de esclarecer que a procura do consenso nem sempre é um fato simples. Acho que, como se fosse escalação do time brasileiro, muitos políticos, muitos partidos e muitas pessoas têm a sua reforma política na cabeça: o ideal, o melhor. E nós temos que procurar esse consenso. Se nós temos alguma coisa errada no sistema atual, é a forma de representação. Estamos mal representados. O povo acha isso e nós também nos sentimos assim.

Quanto ao problema do número de mulheres na Casa, a lei de cotas foi totalmente inócua. O número de mulheres hoje é igual ou menor que o de antes da lei. A lei é totalmente inócua. Portanto, não adianta só fazer leis. Nós precisamos mudar alguns procedimentos. Nós temos que entender que precisamos estender essa representação, melhorá-la. Mas não podemos também imaginar que dá para tapar o sol com a peneira. As eleitoras, que são mais de 50%, poderiam votar mais nas mulheres, e haveria mais de 30% de representantes aqui. Mas elas não votaram. E dizem: *“Ah! Mas o sistema de distribuição de dinheiro e de tempo de televisão é desonesto porque os homens sempre estão...”* Pode ser. Pode ser que a gente tenha que reescrever a participação de cada item na parte que cabe às mulheres; pode ser que a gente tenha que mudar a cota; pode ser que a gente vá para a lista. É muito difícil para quem está aqui hoje saber se nós vamos para um sistema puro e simples. Provavelmente, teremos, para encontrar o consenso, de ir para um sistema híbrido. E, nesse sistema híbrido, temos que procurar melhorar a representação das mulheres. Eu acho que é preciso até um estudo sociológico mais profundo com relação à participação da mulher na política.

Porque sou mais velho, posso contar algumas histórias. Sou médico. Quando entrei na faculdade, menos de 10% dos alunos de todas as turmas eram mulheres. Já quando meu filho fez Medicina, há pouco mais de 20 anos, 60% eram mulheres. Hoje não tem nenhuma escola de Medicina que tenha menos de 70% de mulheres. No Ministério Público e no Judiciário no Estado de São Paulo quase não se encontram homens. No último concurso para o Ministério Público, não passou nenhum homem. Então, é muito estranho a mulher ter essa capacidade — e ela tem



— de ocupar empresas, direções, universidades, e, ao mesmo tempo... Hoje, não tem nenhuma universidade em que 60% ou 70% dos docentes não sejam mulheres. Então, não podemos imaginar que a mulher não esteja participando desta sociedade, ao não participar da política.

Eu já dirigi partido e sei da dificuldade de arranjar candidata. Dizem: *“Ah! Mas o sistema é ruim para as mulheres.”*

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Sr. Presidente, V.Exa. me daria a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Deputado William Dib) - Pois não.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Sr. Presidente, lamento profundamente não ter participado deste debate riquíssimo porque estava em outra Comissão, mas queria deixar aqui o testemunho de que esta Casa e outros Parlamentos têm que buscar a representação mais legítima e mais fiel do retrato da sociedade. Se nós temos na sociedade a maioria de mulheres e elas não estão representadas aqui, o espaço das mulheres é um espaço vazio. Essa relação competitiva não é tão clara assim, não; ela é um vazio. E essa é uma sociedade imperfeita porque isso não se repete nos lares, nas vilas, nas comunidades; isso não se repete por lá. Então, não há nenhum gesto de generosidade nisso, nem se estabelecerá qualquer modelo por fita métrica: é mais para lá, mais para cá; eu boto a cerca mais para lá, eu permito isso, permito aquilo. Isso não é verdade. O sistema eleitoral que aqui se estabelece por primazia, pelo poder de pagamento — e o trem pagador ainda está nas mãos dos homens —, é que estabelece essa proporção. Então, tiramos o trem pagador do processo. Se não é para pagar, é para representar, tira o trem pagador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado William Dib) - Financiamento público de campanha.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Financiamento público exclusivo de campanha. Mas aí o meu amigo Rubens Otoni vai perceber, na Relatoria, que nós aqui temos que fazer a média entre o café amargo e o açúcar doce. Não há como passar isso, porque, ao mesmo tempo em que o voto em lista fechada, com financiamento público inclusive, é ótimo para o sistema, porque estabelece propostas — e não podemos mais ter partido massa mole, que tem discurso de



acordo com a plateia; é preciso haver obrigatoriamente teses claras para com a sociedade —, também é verdade que o Parlamento, que sai do processo uninominal de votação, fica distante da relação direta com a população. E este período de travessia precisa ser lido, senão acabaremos tendo por aqui uma academia de letras, absolutamente fantástica do ponto de vista acadêmico, mas absolutamente distante do povo pela possibilidade do debate direto.

Certamente nessa travessia, meu querido Deputado Rubens Otoni, nós temos que achar um sistema misto, que não é o melhor, é o possível, é a ponte entre dois pontos.

Eu estou muito feliz com esse debate. Tenho certeza de que a lista fechada se estabelecerá. E quase antevejo, Tatau, que, nos próximos debates da próxima Legislatura, nessas Comissões, já não teremos mais o *office-boy* de gravata, votando a favor ou contra o Governo, porque ganhou ou não ganhou emenda parlamentar, nem teremos na retaguarda empreiteiro sabendo se eu fui fiel a quem me financiou. Talvez eu possa discutir um projeto pedagógico para os nossos filhos, possa fazer o debate sobre o sistema de organização da sociedade urbana e rural, possa discutir as pautas ambientais com mais liberdade. Talvez esse Parlamento seja representativo, justo, livre e soberano, para que esse poder se afirme com suas prerrogativas.

Para concluir, quero dizer que não estamos fazendo debate sobre reforma política. Reafirmo isso. Reforma política discute a construção do poder, o exercício do poder e o controle dele. Para fazermos isso no Parlamento, teremos que mudar prerrogativas do Poder Judiciário, das medidas provisórias, de tantas outras coisas que acontecem hoje. Primeiro, precisamos, no sistema eleitoral, estabelecer um processo de ferramentas em que se elejam atores políticos capazes de propor a transformação do Estado. Para isso precisamos ter independência. O sistema político é o cabeçalho do texto. Não que os outros não sejam importantes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado William Dib) - Obrigado, Deputado Alceu Moreira.

Nós temos que encontrar, então, esse consenso, esse caminho. Eu acho que as senhoras contribuíram muito nesse aspecto. É uma questão em que precisamos



avançar, até porque tenho muita clareza de que algum gesto, alguma coisa nós temos que fazer. Apesar de eu acreditar também num sistema em lista, acho que vai ter que ser misto por vários motivos, senão a gente não conseguiria avançar. E o pior dos mundos era a gente deixar do jeito que está ou fazer alguma coisa pior do que está.

Então, temos que ter o bom senso de construir avanços para este País, para ele continuar avançando, continuar crescendo, e a democracia ser mais justa e mais transparente.

Então, eu queria, mais uma vez, agradecer às Sras. Maria da Graça Sousa, Silva Maria Sampaio Camurça e Tatau Godinho.

Nada mais havendo a tratar, convoco a próxima reunião para o dia 14 de junho, terça-feira, às 14h30min, em plenário ser definido, quando faremos um debate acerca dos seguintes temas: número de candidatos, candidatura avulsa e abuso do poder político e econômico.

Está encerrada a presente reunião.